

Ata da 80ª Reunião do

COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA (Degravação)

Dia 27 de abril de 2021, às 9h30

pelo programa Microsoft Teams, acessível pelos links

<https://teams.microsoft.com/l/channel/19%3ae6e8b0a9db7f4ad38d65e5e113ed92d5%40thread.tacv2/Geral?groupId=b7aa1f5f-9ed0-40ba-bea2-e45627af2141&tenantId=f398df9c-fd0c-4829-a003-c770a1c4a063>

ou

<https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19:e6e8b0a9db7f4ad38d65e5e113ed92d5@thread.tacv2/1618965324024?context=%7B%22id%22%3A%22f398df9c-fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%22%22oid%22%3A%2292990e79-3f2e-4b7d-a48f-86bf5b4e4487%22%7D>

PAUTA

Expediente

- 1 - Informe sobre andamento do outro colegiado vinculado à Política Municipal de Mudança do Clima, o Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas (Comfrota-SP), por sua Secretária Executiva, Laura Lucia Vieira Ceneviva.
- 2 - Informe sobre desdobramentos do Plano de Ação Climática (PlanClima SP)
- 3 - Informes gerais
- 4 - Sugestões de inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia

- 1- Apresentação sobre “**Plano Municipal de Arborização Urbana de São Paulo**”, pela Eng. Agron. **Priscilla Cerqueira**, Diretora da Divisão de Arborização Urbana da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.
- 2 - Sugestões de inclusão em outras pautas.

A recepção dos membros presentes à **80ª Reunião** do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia – CMMCE foi feita pela Secretária Executiva do Comitê, **Laura Ceneviva**, que cumprimentou a todos, dando início a esta reunião.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Bom dia a todos, são 9h40, nós demos dez minutos de tolerância hoje porque o Teams está com muita instabilidade. Vamos dar início a nossa octogésima reunião do comitê de mudança do clima e ecoeconomia. É um prazer estar com vocês aqui hoje,

temos presentes algumas pessoas que ainda não tinham podido participar da reunião do comitê, o Secretário Cesar Azevedo de SMUL, é um prazer tê-lo aqui conosco. O secretário adjunto do Verde, o Carlos Vasconcelos. O Secretário Adjunto de transporte, Hugo Koga. Enfim, e todos, a chefe de gabinete de relações internacionais, a Soninha Francine. E vários colegas da prefeitura, membros do comitê de várias unidades e instituições. Muito obrigada pela presença de todos nesse momento. Se algum dos novos membros eu não referi o nome para que seja dado a conhecer a todos, peço que me desculpem. Por favor, se estou esquecendo algum novo membro, o Armando, acabo de ver, o Armando de Desenvolvimento econômico, que são os novos membros do comitê do clima. Como eu disse, eu vou vendo na lista de pessoas presentes, então se eu estiver cometendo algum equívoco, algum erro, peço desculpas desde já. Se alguém puder me corrigir, agradeço. Nós temos uma Pauta, não sei, Rodrigo Ravena, quer falar alguma coisa nessa abertura?

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena (Presidente) – Só dar boas-vindas a todos, agradecer pela presença e ressaltar a importância desse comitê, considerada a pauta do governo, revisão do plano diretor e um monte de coisa que teremos ao longo deste ano. Ganha uma importância fundamental para acompanhamento e sugestionamento das políticas que o governo deve ganhar. Agradecer a presença de todos e dizer que é que estamos aqui à disposição e vamos transformas essas reuniões em reuniões produtivas, os temas são muito interessantes.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Obrigada Rodrigo. Eu não sei se algum dos novos membros quer fazer alguma referência inicial. Não? Então vamos dar início a nossa pauta. É o seguinte, a pauta foi preliminarmente enviada aos senhores, fica claro que não enviamos a ata da última reunião porque no processo de retomada das reuniões do comitê de mudança do clima e ecoeconomia, a reunião teria sido em março, ocorre que por causa do reforço da quarentena, das recomendações de distanciamento social, não pudemos realizar e a reunião foi feita no começo de abril, e está que estamos fazendo hoje é a reunião de abril. Então na próxima as duas atas deverão ser enviadas. O primeiro ponto de pauta, ainda no expediente, abrindo a parte de informes, é o informe que eu mesma devo fazer sobre o andamento de um outro colegiado ligado a política municipal de mudança do clima que é o comitê gestor do programa de acompanhamento da substituição da frota por alternativas mais limpas, o Confrota SP. Então, a política do clima tem dois colegiados, este aqui de reunião hoje, e também o Confrota, eu sou secretaria-executiva de ambos os colegiados, e hoje eu estou trazendo para os senhores uma informação importante, entendo, relativa ao andamento dos trabalhos daquele colegiado, o Confrota. O Confrota, além de consultivo, é deliberativo, e ele tem a responsabilidade de acompanhar a redução de emissões de poluentes veiculares. Desde o final do ano passado e no começo desde ano, a secretaria de transportes, particularmente pela SPTrans, fez um ótimo trabalho, um esforço muito grande de propor uma padronização de relatório que as empresas têm que apresentar para redução das emissões. Um momento, eu vou precisar fazer aquilo que provavelmente muito de vocês já passaram, preciso conectar o computador que a bateria está acabando, desculpa eu ter que interromper. Muito bem, então no Confrota o que aconteceu? A SPTrans fez um esforço enorme e propôs uma padronização

de relatório para as empresas apresentarem como estão reduzindo as emissões. A lei manda que as empresas entreguem os relatórios até 31 de março de cada ano. Então a SPTrans fez a proposta, foi para a câmara técnica, foi ao plenário, e o plenário aprovou um padrão de relatório. A Amlurb, porque a frota de caminhões de lixo também deve reduzir, também discutiu com todo o setor e outros participantes do Confrota também propuseram uma forma de padrão. E afinal, neste ano, apesar de todas as dificuldades impostas pela covid, nós estamos em processo, já foram recebidos vários desses relatórios. Então é um enorme avanço que está acontecendo. A secretaria de transportes com a sua empresa que é a SPTrans mais a Amlurb já avançaram junto com o setor, as empresas do setor e outras entidades que se dispuseram a fazer a discussão junto com a equipe de transportes para esse avanço, que eu tenho a impressão que é inédito no Brasil, ou seja, colegiadamente serem decididos padrões de demonstração pública de redução de poluentes municipais. Como ambos os colegiados, o Confrota e este são ligados a política do clima, eu entendi muito importante dar ciência a todos do avanço que está sendo realizado através do trabalho, tanto das equipes de transporte é claro, mas do trabalho coletivo do outro colegiado que é o Confrota. Esse é o ponto número um da frota, saber que a política vai adiante, junto com o setor produtivo, junto com a academia, junto com outros tipos de representação, naquele colegiado. O segundo ponto da pauta de hoje é um informe sobre os desdobramentos do plano de ação climática, como já informado na reunião anterior, o plano está em processo de institucionalização dentro do gabinete do prefeito para ser dado a público. No entanto, é um volume de trabalho de muitas equipes que tem desdobramento muito grandes. Um desses desdobramentos ocorre dentro da secretaria de educação e eu vou chamar a Thais Brianezi.

Thais Brianezi (representante da SME) – Obrigada, Laura. Bom dia a todos os colegas. Eu estou sem câmera, estou aqui na secretaria, nós estamos presencial, os computadores não têm câmera, mas eu quero compartilhar com todos uma boa notícia de um desdobramento da reunião passada, na qual houve a apresentação da Mitsidi sobre os resultados do trabalho de estudo de eficiência energética, hoje mesmo, e por isso eu já peço desculpas que vou conseguir ficar até às 10h30, mas nós temos mensalmente uma reunião com os formadores de todas as treze secretarias regionais de educação, são os multiplicadores que fazem a formação para professores na área de educação para sustentabilidade, nas nossas 1.500 áreas diretas. Hoje nós temos a formação e terá a presença da Mitsidi agora às 10h30 trabalhando os resultados do relatório e principalmente como isso pode chegar na escola de duas vias, tanto conhecimento científico sendo apropriado transversal nas diferentes disciplinas, mas dentro do conceito também de espaços educadores sustentáveis, de edificações, do próprio cuidado mesmo com o equipamento público da escola, que é também pedagógico. Por isso peço licença, eu vou acompanhar para ajudar no nosso núcleo de educação ambiental a fazer a frente com as nossas outras coordenadorias, especialmente a que cuida de obras e manutenção. Então é uma alegria, nós estamos bem felizes, aproveito para dizer que provavelmente não vou pegar até o fim a apresentação sobre o plano de arborização, mas estou bem feliz de encontrar a Priscila, estive com ela no grupo de manejo arbóreo quando eu estava na secretaria de gestão e vou também depois assistir o que eu perder e ver a apresentação, porque acho que tem muitas pontes com

educação e se tudo der certo, também estarei contribuindo com educação ali diretamente da Umapaz. Então me interessa ainda mais porque nós podemos continuar com essas pontes na educação. Então agradeço e fiz o informe.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Muito obrigada Thais Brianezzi da secretaria municipal de educação. Isso tem sido uma preocupação constante nossa do comitê da secretaria executiva do comitê do clima, que é levar para a educação conteúdos sobre a mudança do clima, porque é uma população imensa impactada por esse sistema educacional, municipal, e é uma realidade, a dos impactos da mudança do clima, que vai recair sob essa criançada. Então é muito importante que nós comecemos a percolar em todos os projetos didáticos a questão da mudança do clima. Esses são os dois informes previstos na Pauta de hoje inicialmente, mas, como sempre, abro a palavra a todos os membros do comitê para que façam os seus informes. Pergunto, quais dos membros, alguém tem algum informe a fazer? Secretário Cesar, posso provocar o senhor para falar da revisão do plano diretor esse ano.

Cesar Angel Boffa de Azevedo (Secretário da SMUL) – Bom dia, Laura, bom dia a todos os conselheiros e conselheiras. Aos meus colegas de secretariado, secretários adjuntos, o Hugo, a nossa querida Soninha, enfim, tantos outros que eu não vou dar nome aqui, o Ravena, porque eu vou esquecer, vai ser uma indelicadeza da minha parte. Eu acho que quando fomos convidados a participar dessa agenda eu fiquei muito contente porque com o início desse ano que nós estamos dando início ao processo de revisão do plano diretor e somado a situação de pandemia que a cidade vive, nós vemos ainda mais necessário iniciarmos essa discussão de como vai se dar a nova cidade, como São Paulo vai reagir a essas transformações todos que estão acontecendo. Essa discussão não passa só por São Paulo, acontece no mundo inteiro, um bom exemplo disso é o que está acontecendo em Lisboa, congressos, amplas discussões, sobretudo a agenda ambiental e segurança sanitária começa a ter uma importância ainda mais nesse cenário, considerando que nos últimos anos tivemos quatro ou cinco pandemias, a mais grande, evidente, foi o covid, e algumas coisas que nós notamos que foram deixados as discussões para um segundo momento começam a tomar importância nesse momento de se preparar para uma cidade pós-pandemia. Algumas ações a prefeitura já têm feito, que são aquelas ações de curto prazo, que é toda a ação social, entrega de cesta básica, entrega de leitos hospitalares, entrega de unidades hospitalares, estamos acompanhando as usinas de oxigênio, acho que esse é o nome correto. Alguns remédios, algumas providências de curto prazo têm sido feitos, agora outras são de médio a longo, nós não conseguimos nos preparar, temos que começar a discutir a cidade e essa discussão de revisão do plano diretor passa muito por esse conselho, por esse comitê, e tantos outros que ganham importância. Quais são os reflexos da pandemia, qual é a dimensão urbana da pandemia na cidade de São Paulo, e para que nós consigamos construir uma retomada da cidade, tem estudos que dizem que para nós sairmos da pandemia levaremos dois, três anos. O poder público, o agente público, não pode ficar de braços cruzados esperando passar esse momento.

Sonia Francine (SMRI) - Então, o agente público não pode ficar de braços cruzados nesse período, esperando passar esse momento mais difícil para que nós comecemos a estudar e propor uma cidade pós-pandemia. Alguns reflexos da pandemia nós já estamos vendo, alguns reflexos, sobretudo a mudança de hábito de espaços fechados para espaços abertos. A ocupação de espaços públicos de São Paulo é uma conquista para a cidade e para o paulistano, e a prefeitura tem entregado alguns equipamentos públicos com muita qualidade, o Anhangabaú é sinônimo disso, o sucesso que foi a entrega do Anhangabaú. O Minhocão estamos tornando mais agradável e mais convidativo para o paulistano a partir do próximo sábado, no qual eu já convido todos a participarem, dessa instalação de mobiliário, *food trucks*. Então a ideia é nós vermos justamente os reflexos que a pandemia trouxe para cidade, sobretudo aos mais vulneráveis, os equipamentos e espaços públicos que estão sendo utilizados, mas nós comecemos a pensar nos mais vulneráveis, que é onde foi o agravamento ainda maior da pandemia, e o poder público não pode ficar de braços cruzados. Eu tenho dito que nós, ao colocar todas as discussões, seja revisão do plano diretor, segurança climáticas, toda a agenda ambiental, toda a agenda de segurança sanitária, nós não podemos furar nenhum bloqueio sanitário, mas ao mesmo tempo nós não podemos nos esconder atrás da pandemia e esperar que as coisas aconteçam sozinhas ou imaginar que a cidade vai acabar em 2021. Nós temos que estar preparados, já está sendo adotado algumas medidas de curto prazo e esse comitê, entre outros tantos, são ferramentas que a cidade possui para que nós consigamos discutir para poder retomar uma agenda ainda mais correta da cidade e corrigir algumas coisas para serem preparadas nos próximos anos que não serão fáceis. Sobre o plano diretor, eu destaco a importância da agenda ambiental mais uma vez e discussões pandêmicas, seria até necessário nós criarmos um item a mais no plano diretor, um capítulo a mais para tratar de segurança, isso passa por segurança climática também e quando eu falo de agenda ambiental, sabemos que o plano diretor fala muito raso de meio ambiente, dessa agenda ambiental, e segurança climática hoje, se nós queremos pensar no futuro de São Paulo, isso passa pela discussão que nós temos aqui nesse comitê. Estou muito contente de fazer parte, eu queria trazer e convidar todos os membros a participarem das discussões da revisão do plano diretor. Se nós pudermos fazer um intercâmbio de ideais, participações, colaborações, é muito importante, você vai nos ajudar a fazer esse processo de revisão. Como vai ser o processo de revisão do plano diretor? A secretaria municipal de urbanismo e licenciamento faz o monitoramento, de 2014 até hoje, do desempenho do plano diretor, recentemente fizemos uma parceria com alguns professores da USP cidades, para que eles nos tragam diagnósticos, com base nesse monitoramento que a secretaria tem feito e projetar algum cenário levando em consideração a realidade da pandemia para que nós possamos simular alguns cenários para que a cidade possa se organizar e se planejar para esse período pós-pandemia. E a terceira fonte de subsídio que nós estamos é o processo participativo, é a opinião popular, nós estamos chamando as entidades, chamando a academia, o setor produtivo, e tantos outros setores da sociedade para participar, deixamos um edital de chamamento público no último dia 10, e ainda tem as discussões que são feitas com a sociedade civil de maneira ampla. A ideia é ter um amplo debate, algumas discussões foram feitas desse processo ser híbrido, como vai se dar esse processo híbrido. Eu tenho total segurança que a

participação social vai ser ainda maior com essas ferramentas digitais que hoje nós temos a nossa disposição. Na elaboração do plano diretor, 44% de todas as contribuições que o executivo recebeu foi de maneira digital, estamos falando de sete anos atrás. Hoje já está muito mais popular o uso de ferramentas digitais, já está uma coisa universal praticamente, todo mundo hoje tem um celular, tem um computador, mas nós ainda sabemos que alguns lugares, algumas pessoas têm dificuldade ao acesso à internet, para isso nós estamos levando a internet até a periferia, fazendo as ativações locais, estaremos com bases na secretaria, nos 96 distritos da cidade, com equipe preparada para auxiliar o município que tiver dificuldade de acesso, levando a conectividade, levando a internet até a periferia, então nós temos que nos preparar, nós precisamos da notícia de todo mundo. Nesse primeiro momento estamos criando diagnósticos e no segundo semestre que nós imaginamos que a pandemia vai estar, se Deus quiser esperamos, com fé em Deus, mais controlada, mas que nós conseguimos ter algumas reuniões presenciais e nós avançamos nessa agenda que é muito importante para cidade. Fazer essa revisão do plano diretor é uma atribuição legal que o próprio PDE traz para a cidade, no artigo quarto do PDE.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Você tinha caído, voltou.

Cesar Angel Boffa de Azevedo (Secretário da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento) -

Voltei, já estou encerrando. Fazer a revisão do plano diretor esse ano é uma incumbência legal que o plano diretor traz para o executivo, no artigo quarto ele fala, o executivo deverá, ele usa o verbo deverá, encaminhar ao legislativo no ano de 2021 uma proposta de revisão do plano diretor. Alguns segmentos têm defendido que não é urgente rever o plano diretor, que não é necessário fazer esse processo de revisão do plano diretor. Nesse processo de diagnóstico, de levantamento, pode muito bem ser identificado que de fato nada precisa ser feito de revisão do plano diretor que a cidade está perfeita, mas a minha sensibilidade, não sei quais são as dos amigos e amigas aqui, é que nós precisamos fazer alguma coisa que a cidade não estar perfeita. Muito se avançou, mas precisa ser avançado muito mais, ainda mais com a realidade que ninguém esperava da pandemia, em 2014 ninguém imaginava a pandemia de covid 2020 iria afetar tanto a realidade da cidade. Então é isso, desculpa eu falar muito mais da agenda de SMUL do que sobre a pauta do nosso comitê. Nós vamos precisar muito dessa discussão do comitê, Laura, e é muito importante que não cruzemos os braços, usemos as nossas forças, para construir uma solução. Eu tenho enfatizado muito que a agenda ambiental é muito importante estar prevista nessa discussão, tem que ser levada em consideração, não pode ser esquecida, a Soninha que está aqui participou da elaboração do plano diretor, o Ravena que está aqui, o pessoal do meio-ambiente que está aqui, eles sabem que o atual plano diretor é um pouco vago quando falamos de meio-ambiente. Então tem as questões de condições climáticas, tem as defesas dos mananciais, tem tantas pautas ambientais que foram esquecidas e dever ser tratadas porque isso é a nossa realidade. Inclusive em uma retomada de economia ambiental na cidade faz parte de um contexto que nós temos que defender e o prefeito Bruno Covas quer para a cidade. Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade, desculpa ter me alongado, nem sei se eu podia falar

tanto, é que tem muita informação ainda.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Obrigada, Cesar, é um prazer ouvir, e considerando a relevância do Plano Diretor para todas as demais políticas municipais, é muito importante essa participação. A Vanessa da Sinduscon levantou a mão, mas Vanessa, eu não vou te conceder a palavra por hora porque nós temos que avançar com a pauta, temos ainda, estava primeiro a Soninha. Eu vou pedir para a Soninha fazer o seu informe rapidamente.

Sonia Francine (SMRI) - Bom dia a todos. Eu sou chefe de gabinete da secretaria municipal de relações internacionais, não sei se todo mundo conhece bem o papel da secretaria, mas ela representa o prefeito, a cidade de São Paulo em inúmeros acordos internacionais, bilaterais, com organismos multilaterais, com redes de cidades, muitos desses compromissos dizem respeito a questões relacionadas ao meio-ambiente, sustentabilidade e mudanças climáticas. Então quando a cidade assume um compromisso, não é a secretaria de relações internacionais, quem assume naturalmente é a prefeitura, mas nós temos um papel importante em garantir a articulação, garantir talvez seja um pouco mais, mas em buscar sempre a articulação entre todas as secretarias envolvidas, e com isso até a secretaria Marta vem assumindo algumas posições que estão mais estrutura institucional para isso, por exemplo, relações internacionais é quem está presidindo agora a comissão municipal de avaliação das ODS, que entra em uma nova fase, muitos aqui, aliás, fazem parte dessa comissão, da elaboração da agenda vinte trinta, foi feito um trabalho, quem participou sabe, muito intenso de elaboração de indicadores para todos os 17 ODS e as cento e tantas metas, e agora nós estamos em um processo de revisão final do texto para publicação, de texto mesmo, como é muita coisa feita, há muitas mãos, é superimportante agora ser bem minucioso, então o trabalho está pronto, está nessa última fase de revisão. Agora a missão da comissão de ODS é elaborar um plano de ação, temos a meta, temos o indicador, e agora o que compete a cada ator, não só do governo, mas na sociedade em um modo geral, algumas coisas têm a governança bastante compartilhada, vão muito além do que a prefeitura pode se comprometer a fazer. Então trazendo esse informe para vocês, outra coisa é que a cidade está participando com projeto em um programa *food wave*, promovido pela prefeitura de Milão, com recursos da União Europeia, a secretaria municipal de direitos humanos assumiu o projeto agora no começo do ano e vai implantar um projeto ligado a conscientização e combate ao desperdício de alimentos, projeto envolvendo jovens da periferia, muito bacana, que tem a ver com o pacto de Milão do qual a cidade de São Paulo é signatária. O programa Ligue os Pontos, a primeira fazer do programa ligue os pontos que foi premiado com da *Bloomberg Philantropies*, que é de apoio agricultura da zona rural, da região sul da cidade de São Paulo, São Paulo tem mais de uma zona rural, mas a de parrelheiros é a mais significativa, digamos assim. O ligue os pontos tem recursos da *Bloomberg Philantropies* até junho desse ano, e nós estamos mobilizados para fazer com que o projeto não só continue, mas como avance. Estabelecido os alicerces para que agora venha uma nova etapa que aumente o alcance de agricultores impactados, hoje são 160 de um universo de 500 agricultores que tem na região sul e para que eles ganhem uma cada vez mais autonomia, tem uma serie de estratégias traçadas para

isso. E nós estamos buscando novos financiamentos, novas fontes de recurso estrangeiros, no exterior, é o nosso papel, mas nós também fazemos movimentação interna na prefeitura para que haja recursos orçamentários próprios. Hoje já tem recursos investidos nisso, na agricultura, na transição agroecológica, suporte aos agricultores, mas é difícil até identificar isso no orçamento porque nós não usamos a função agricultura no orçamento da cidade, é uma função disponível na estrutura do orçamento, que é definida em nível de federal. A função agricultura não está ativada no nosso orçamento, e talvez essa seja um caminho. Para quem acompanhou as audiências públicas do plano de metas, eu tive só em uma dela das temáticas, mas estão acontecendo as regionais, é impressionante como o movimento de agricultura urbana e compostagem está articulado, presente, pressionando. Então é muito forte essa tensão agora em relação a cadeia de alimentos, tem metas relacionadas a isso no plano de metas da prefeitura, 400 metas urbanas, mais pátio de compostagem, e a sociedade quer mais ainda do que isso. Feliz de que isso esteja constando, de que isso apareça com esse grau de destaque no plano de metas da prefeitura, depois de tudo que a prefeitura pretende fazer, mas dá o destaque, os compromissos assumidos para os próximos quatro anos. Estamos buscando recurso também para as hortas urbanas, a outras atividades da cadeia da alimentação na cidade em um modo geral. Por último, nós temos participado cada vez mais de reuniões falando sobre soluções baseadas na natureza. Reunião do G20, reunião do banco mundial, reunião do C40, da Ellen Mac Arthur. E nós até nos surpreendemos de ver que algumas coisas já vêm sendo feita na prefeitura sem que a maioria tenha conhecimento. Então a secretaria de subprefeituras de 2017 para cá implantou mais de 100 jardins de chuva, estruturas de adaptação as mudanças climáticas, de mitigação, muito interessantes, somando tudo que já foi feito nessa área, acho que são 22 mil metros quadrados só na região central. E nós precisamos cada vez mais, para prestar conta disso no exterior e para aumentar as nossas chances de captar recurso, nós precisamos mapear isso, nós precisamos ter, Laura, eu penso, uma camada no GeoSampa, eu não sei, ou na plataforma do governo aberto, mapa colaborativo, porque tem iniciativas que são da sociedade civil em parceria, às vezes, com ementa de vereador, ali a minifloresta do Largo da Batata, toda a mobilização do Córrego das Corujas, tem recurso público, mas tem muito de mobilização comunitária que é uma coisa muito valorizada em soluções baseadas na natureza, teclados verdes, paredes verdes, enfim. Então seria muito bom que nós tivéssemos como mapear isso, como medir isso em metros quadrados. Outras cidades estão fazendo isso e isso realmente nos ajuda, não só firmar uma posição, mas inclusive trazer recursos externos para que São Paulo faça ainda mais do que vem fazendo e nós mal sabemos o quanto nós estamos fazendo nessa direção. É isso, obrigada.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Obrigada, Soninha. Muito legais os seus informes. E são relevantes para nós sabermos a repercussão das coisas que vão sendo feitas no cenário internacional. A sua proposta, é bom que o secretário esteja aqui, o Geo Sampa está dentro da SGMU. Então são ideais bastante legais. Ravena levantou a mão. Ravena, pergunto, a Vanessa do Sinduscon também tinha levantado a mão, você quer falar antes ou depois? Depois. Então Vanessa, você tinha levantado a mão.

Vanessa Lima Nunes Dias / SINDUSCON-SP - Olá, bom dia a todos. Vou ser bem breve. É só para compartilhar com vocês um trabalho que o Sinduscon São Paulo desenvolve com a secretaria nacional de habilitação e com a agência de cooperação alemã que vem de encontro conosco, temos discutidos nas reuniões, foi uma ferramenta chamada CeCarbon, que é uma calculadora de consumo energético e emissões de carbono para edificações. Foi lançada agora em dezembro, essa ferramenta está disponível de forma gratuita para as empresas fazerem os seus inventários e calcular as emissões de carbono e energia embutida dos materiais. Para quem tiver curiosidade de conhecer www.cecarbon.com.br. Tem uma metodologia, quais foram os parâmetros utilizados e quem quiser conhecer também um pouco mais, fazer uma simulação, tem uma opção mais simplificada, onde você consegue fazer um pequeno inventário, só para simular, para conhecer mais a ferramenta. Era isso, só para compartilhar com vocês que nós temos esse novo trabalho que foi lançado em dezembro, para nós propormos edificações mais sustentáveis.

Vanessa Lima Nunes Dias / SINDUSCON-SP - Do ponto de vista energético e de emissões.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Excepcional, muito obrigada pelo informe. Você vê, é uma atividade desenvolvida pelo Sinduscon e pela cooperação internacional alemã no mesmo sentido do trabalho que nós temos feito em eficiência energética nas edificações em São Paulo. Então muito legal, obrigada Vanessa pelo informe. Ravena. Você está sem som, Rodrigo.

Rodrigo Ravena (Presidente) - Só para complementar o que a Soninha tinha falado, nós estamos soltando a licitação aqui, nós temos o Geoambiental que leva as informações ambientais para o GeoSampa, isso já está interligado, não está só na secretaria, não está só nas costas do César, nós estamos fazendo o levantamento dos indicadores ambientais. Nós estamos fazendo a contratação de levantamento de cobertura vegetal da cidade, para levantamento de cobertura vegetal na zona sul, nós estamos soltando a licitação para levantamento de cobertura vegetal na cidade em geral. Então eu acho que nós podemos conversar para ver se nós conseguimos. Nós vamos mapear, inclusive o que não é público, então essas informações estarão disponíveis, nós já temos bastante informação disponível, talvez não o detalhe da horta comunitária, mas já temos esse levantamento disponível no GeoSampa, e vamos aprofundar com maior detalhamento.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Muito obrigada, muito legal isso. Que sempre vai havendo a continuidade do informe da cobertura vegetal porque ela é dinâmica, tem que estar sempre fazendo esse controle para saber onde é que ela está. Isso vai ser super importante também no ponto de vista do sequestro de carbono porque o carbono que está na atmosfera é só a fotossíntese que é capaz de chupar esse negócio, fora daí é só engenharia e tudo mais. Pergunto se alguém tem mais algum informe, senão, vamos dar avanço na nossa pauta que já gastamos bastante do tempo.

Débora Diogo (SVMA) - Bom dia, só para avisar que o pessoal da Coalizão pelo Clima não estava conseguindo entrar, eles queriam dar um informe. De toda maneira, se eles não estiverem agora, podem falar mais para o final.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Entraram? Acho que não entraram, senão teriam falado.

Coalizão Pelo Clima - Entramos sim, quer dizer, eu já entrei, na verdade nós só queríamos saber se nós tínhamos perdido a questão do clima, porque o link que nós tínhamos recebido não tinha funcionado, mas agora estamos aqui.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Obrigada, bom, vamos prosseguir então na pauta. Vamos ao item quatro da pauta que são as sugestões de inclusão nessa pauta, acredito que não há. Então vamos para a ordem do dia. A ordem do dia tem como primeiro ponto a apresentação do plano municipal de arborização urbana de São Paulo que teve a coordenação executiva da engenheira agrônoma Priscila Cerqueira que é da coordenação de parques da secretaria do verde que é diretora da divisão de arborização urbana, da coordenação da gestão de parques e biodiversidade municipal.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Obrigada, Laura. Bom dia a todos. Agradeço o convite da Laura para conversar um pouco com vocês sobre o plano, e o quanto ele pode contribuir e estar junto com o plano de mudanças climáticas que o grupo também está trabalhando ainda. Contar um pouco para vocês então como foi o processo de elaboração do plano de arborização, começou em 2019 e foi concluído em setembro de 2020, destacar também quais são as principais ações que nós temos dentro do plano de arborização que pode contribuir para essa questão da adaptação as mudanças climáticas. Vou colocar a apresentação. Laura, nós combinamos de eu fazer a apresentação toda e no final nós abrimos para perguntas e comentários.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Então vamos lá. A história da elaboração do plano municipal de arborização urbana começa em 2014 quando foi colocado no PDE a necessidade de ser elaborado esse plano no âmbito do Sapavel, então ele é uma ação comunitária do Sapavel. E depois, posteriormente, em 2019 entrou no programa de metas como a iniciativa 30d. E aí efetivamente nós montamos o grupo e começamos a trabalhar dentro da secretaria e depois em conjunto com outras secretarias. Lá no PDE ele já trouxe para nós um roteiro do que deveria constar dentro do plano de arborização. Então ele é um instrumento para definir planejamento, implantação e o manejo da arborização do município e tem uma relação de conteúdo mínimo que nós precisaríamos trabalhar. Um inventário qualitativo e quantitativo, verificar qual é o déficit de vegetação arbórea por distrito e por sub, identificar áreas e logradouros públicos passíveis de receber vegetação arbórea, classificar e identificar espécies ou conjunto de espécies adequadas para esse plantio na cidade, objetivo e meta de curto, médio e longo prazo para nós termos coberturas arbóreas na cidade. Implantar um sistema de informações de plantio e de manejo, e ainda um programa de educação ambiental voltado a população e que tenha um cronograma de plantio. Como eu comentei com vocês, nós começamos o trabalho em maio de 2019, ele foi dividido em três etapas, a primeira etapa foi um grupo interno na secretaria que nós fizemos um breve diagnóstico do que nós já tínhamos de estudos, posteriormente nós montamos um outro grupo Inter secretarial, trabalhou nessa etapa dois e três, começou em setembro de 2019 e aí sim nós fomos até setembro de 2020. A etapa dois ficou dividida em dois

blocos, um diagnóstico e depois nós passamos para montar o plano de ação. E por último apresentamos essa proposta de ação para o CADS e com a aprovação elaboramos uma minuta de texto e finalmente a publicação no texto que está disponível lá no site da secretaria. Como eu falei para vocês, nós tivemos um grupo Inter secretarial, participação de membros da secretaria do verde, técnicos de todas as subprefeituras e mais, nós temos um conjunto arbóreo bem significativo nos cemitérios, o pessoal da segurança urbana, especificamente a defesa civil que atua também junto ao manejo das árvores, secretaria de desenvolvimento urbano, pessoal da Amlurb e em algumas oficinas técnicas nós convidamos membros de outras secretarias. Inicialmente havia 92 integrantes nesse grupo, depois com a história da pandemia, no começo do ano passado nós precisamos fazer uma revisão porque há uma alteração na dinâmica de trabalho, algumas pessoas que não conseguiam participar antes porque era presencial e nós tínhamos as reuniões na Una Paz, quando nós passamos para o modo online outras pessoas conseguiram entrar e contribuir. Nós finalizamos o trabalho com 86 integrantes. Objetivo geral do plano. É um instrumento para definir planejamento e gestão da arborização, visando da cidade as mudanças climáticas, modificação da paisagem, satisfação da população. Considerando ainda pressuposto da ecologia e das cidades inteligentes. Princípio de diretrizes, uma gestão planejada e inclusiva, participação social, fundamentação científica e técnica das ações, integração dos órgãos públicos e agentes que atuam na arborização, otimização dos recursos públicos investidos na gestão da arborização e governança. Destacamos aqui os três ODS que nós identificamos dentro de todo o conjunto do plano, o ODS 11, cidades e comunidades sustentáveis, o 13, ação contra mudança global do clima e o 15, vida terrestre. Para desenvolver todo o trabalho de elaboração do plano, nós dividimos os integrantes em cinco subgrupos temáticos, todo o trabalho, tanto do diagnóstico, quanto do plano de ação, foi feito considerando esses temas. Implantar, cuidar, conhecer, envolver e integrar. Eu vou comentar um pouquinho sobre cada um deles. E na etapa diagnóstico, nós tentamos fazer um diagnóstico mais amplo e profundo possível dentro do prazo que nós tínhamos, mas de maneira que nós conseguíssemos conversar com todas as pessoas que estão envolvidas, direta e também indiretamente com a gestão da arborização, pessoas internas a prefeitura, mas principalmente as externas. Então nós fizemos reuniões com subgrupos temáticos, oficinas técnicas dentro, considerando o pessoal que é interno, então não só o pessoal da secretaria do verde e das subprefeituras, mas também das outras secretarias que em algum momento precisam lidar com a arborização, oficinas participativas presenciais com a população, foram seis oficinas. Depois nós fizemos um conjunto de oficinas diversas para conversar com os diretos, indiretos e externos, criando listas, pessoal que está produzindo muda e fornecendo para a prefeitura, todas as concessionárias, a AN, a Sabesp, a Congas, o pessoal da Ilumi também esteve conosco. As terceirizadas que prestam serviço, tanto de manejo, quanto de plantio, e também com as equipes de fiscalização. Aplicamos um questionário aos técnicos de todas as subprefeituras para entender como funciona o dia-a-dia operacional deles, um questionário que ficou disponível online para a população, tínhamos também um e-mail só para as pessoas enviarem comentários, sugestões, críticas, referente a elaboração do plano, e fizemos também um levantamento e um mapa da participação social, dos grupos que estão atuando em todas as regiões da cidade. Eu vou fazer

uma sequência agora relacionada aos temas que esses grupos trabalharam, mas que tem vínculo direto com o assunto mudança climática. Então o que nós identificamos no plantar que precisaria ser trabalhado e que pode afetar toda essa cadeia da gestão, mas principalmente essa questão do clima. A nossa produção de mudas, nós temos ali no viver o que está localizado em Cotia. Recebemos também mudas oriundas de TCA. E quem que planta na cidade? Nós temos a secretaria do verde plantando quando é para incremento, subprefeituras plantam quando é a substituição de alguma árvore que foi cortada, os interessados que através dos TAG, quando eles precisam fazer alguma reparação ambiental, o pessoal que planta por compensação, quando é um termo de compromisso ambiental de um corte que foi autorizado, incentivo à arborização e por todos os coletivos que já estão atuando na cidade, além de todos os outros órgãos municipais e federais que plantam internamente nos seus próprios, em substituição quando uma árvore é cortada, ou talvez até por incremento mesmo, por iniciativas próprias. Aqui as mudas que nós recebemos oriundas de TCA, vocês percebem que tem uma diferença de porte, de tamanho, nessas mudas. Com relação ao cuidar. Nós tentamos verificar no diagnóstico quem que está atuando na cidade com o manejo e como isso está sendo feito, então esse tipo de ação que nós verificamos aqui nas fotos, é o que tem um reflexo direto, um impacto negativo direto na questão da mudança climática, da adaptação as mudanças climáticas. Então se nós queremos, no futuro, ter uma melhor qualidade ambiental, nós precisamos minimizar esse tipo de serviço. Em relação ao envolver, a população está muito participativa, está ativa, está executando especialmente plantio, não manejo, mas plantio, mas nós precisamos trabalhar melhor o que está sendo plantado e onde, fazer um trabalho conjunto pensando em diretriz técnica. E no integrar, como é que estão dispostas as nossas informações no sistema, quem de dentro da prefeitura, e quem de fora da prefeitura consegue ter acesso a esses dados e como eles estão. Além disso, aqui nessa foto, como nós conseguimos fazer uma integração entre os diversos planos e projetos que estão acontecendo dentro da prefeitura de modo que nós temos a garantia de projetos de arborização. E no conhecer, como estão as nossas informações relativas à arborização. Nós temos cursos acontecendo, a população tem acesso a alguma informação técnica, os próprios técnicos da prefeitura, o que nós sabemos, onde está registrado, que material técnico nós temos, quais são as cooperações técnicas que nós temos com universidades para fazer determinados tipos de pesquisas que podem contribuir conosco. E agora um pouco sobre arborização e clima. Nós temos um desenvolvimento da cidade nos últimos anos, uma urbanização super intensa e nem sempre planejada, e aí nós observamos muitas alterações microclimáticas, então tem um estudo que no último século nós temos um aumento médio de 4,4 graus na temperatura. Isso nós percebemos, esse aumento de temperatura, redução na umidade relativa. E aí normalmente isso está correlacionado com as regiões que tem poucas árvores e ainda um aumento na concentração de poluentes atmosférico. Lembrando que esse aumento de poluição está totalmente relacionado com a nossa frota automotiva, isso, como vocês bem sabem aqui nesse comitê. Bom, quais são os benefícios da arborização que nós podemos destacar aqui. Redução da ampliação térmica, da insolação direta e também nas velocidades dos ventos. Uma ampliação na evapotranspiração e isso atenua o fenômeno da ilha de calor e promovendo essa instabilidade microclimática, agora nós temos

que entender como é a percepção desses benefícios, para nós que somos técnicos, isso está muito claro, mas e a população, como consegue perceber isso? Talvez em um primeiro momento mais imediato, seja mais difícil, em especial quando isso está relacionado a médio longo prazo com o efeito na saúde das pessoas, e também precisamos atuar com a pesquisa científica, estudar melhor como é adaptação de algumas espécies arbóreas no meio urbano, fazer um acompanhamento da taxa de desenvolvimento dessas árvores e começar a quantificar e qualificar quais são os serviços do ecossistema que esse conjunto de arborização pode proporcionar para nós, além ainda dos benefícios a saúde. Já tem muitos trabalhos científicos trabalhando, estudando essa questão dos benefícios a saúde física e mental das pessoas. E a gestão pública precisa atuar na gestão da arborização específica com todas essas frentes, tentar trazer, materializar mais para que consigam entender a importância da árvore. A árvore, eu acho, talvez seja hoje o elemento de natureza mais próximo das pessoas, ela está ali, dentro do quintal, às vezes na calçada, a pessoa sai de casa e está ali, ou ela está no trajeto que a pessoa faz. Então talvez seja o nosso primeiro elo de ligação e de retorno a natureza. Agora eu vou passar uma sequência de fotos para nós entendermos como é o mosaico aqui na cidade, quais os cenários que nós temos que o plano de arborização vai ter que trabalhar nos próximos 20 anos. Então nós temos bairros com esse desenho, e aí nós já vamos imaginando como é o microclima, como é que é a sensação das pessoas em relação ao clima, quem vive nesse lugar, qual é a relação dela com a árvore e a percepção dela em relação ao conforto térmico, por exemplo, de quem vive ou trabalha aqui, nesse outro bairro ou aqui na região central. E nas regiões mais periféricas a situação vai ficando mais difícil. E, esse conjunto de arborização que nós temos aqui acima, será que até onde aqui para baixo as pessoas conseguem perceber os efeitos positivos dessa arborização. Então nós fizemos esse amplo diagnóstico e chegamos a um conjunto de 212 ações e colocamos isso para consulta pública em agosto do ano passado, recebemos 438 contribuições, analisamos uma a uma, classificamos e reaproveitamos tudo que foi enviado em um rearranjo para 170 ações. Nenhuma ação foi suprimida, nós pegamos algumas que a população até indicou, falou: "esse assunto está muito parecido com aquele." Então nós juntamos e ficamos com um total de 170 ações. Agora vou destacar, dentro de cada tema daqueles cinco temas que nós apresentamos, quais são as ações que estão sendo colocadas no plano que tenha relação direta aqui com a questão da adaptação as mudanças climáticas. Então nós temos no conhecer a ação número 3, elaborar o manual de compostagem, reaproveitamento de resíduos arbóreos. A hora que nós começamos a dar uma diretriz de como se fazer a compostagem, como reaproveitar esse resíduo, nós já diminuimos o que está sendo destinado para aterro, então tem, a médio e longo prazo, nós temos uma contribuição muito importante com a questão da poluição. A ação 19. Estabelecer cooperação técnica com instituições de ensino e pesquisa, e aí nós colocamos vários itens que precisam ser pesquisados, então item três, estudar o comportamento das espécies nativas potenciais que nós ainda não estamos acostumados a usar no meio urbano. O item cinco, avaliar o comportamento, desenvolvimento das espécies nas alternativas locais. Vou falar um pouquinho de alternativa local no tema plantar, mas a ideia é nós tentarmos identificar outras áreas que não seja a calçada porque grande parte do viário da cidade nós temos a calçada muito estreita em

relação ao que prevê a legislação, então não daria para nós implantarmos arborização ali. Então nós pensarmos dentro daquele bairro quais são os outros locais que nós podemos fazer plantio. Elaborar serviço referente ao serviço ecossistêmico prestado pelas árvores, indicação de espécies e monitoramento do desenvolvimento, avaliando sua adaptação à cidade. Realizar o monitoramento, e o item dez e o item doze bem específicos lincando com o plano de ação climática. Realizar o monitoramento de indicadores climáticos no âmbito dos planos regionais para avaliação da adaptação da arborização e sua contribuição ao plano de mudanças climáticas e elaborar um estudo técnico econômico ambiental sobre o tema de uso dos caminhões nos contratos e possibilidade de utilização de equipamentos com matriz energética alternativa. Considerando também o plano de ação climática. No tema envolver nós estamos propondo na ação 52 ampliar as ações de doação de mudas arbóreas no âmbito da campanha para que nós comecemos a estimular, não só estimular a população, mas que eles consigam identificar quais são os locais que nós podemos fazer esse plantio. E elaborar um material contendo informações técnicas sobre essas espécies, o que aquela espécie tem de característica que ela pode ser plantada naquele local. No plantar, ação 65, definir uma nova listagem de espécie arbóreas a serem produzidas e aqui nós estamos colocando a implantação da arborização urbana com espécies preferencialmente nativas, isso já veio de uma alteração na legislação que antes era somente nativas da mata atlântica, e nós sabemos que tem um conjunto de exóticas que está bem adaptado a cidade, que não é classificada como invasora, então ela já está bem adaptada a condição climática aqui de São Paulo, consegue ter um bom desenvolvimento e conseqüentemente maximizar os seus benefícios e os serviços ecossistêmicos, então nós pretendemos identificar quais são essas espécies e continuar trabalhando com elas, mas também quando nós falamos nativas do município, nós podemos ter nativas de um outro município, mas que também estão adaptadas aqui. Nós verificamos no diagnóstico vários estudos técnicos que já foram feitos prevendo um aumento de temperatura e redução de umidade, então pode ser que nós consigamos utilizar algumas espécies de cerrado aqui na cidade, então precisamos testar isso. A ação 67, identificar locais potenciais para criar e implantar quatro viveiros estacionais, viveiros estacionais são áreas para recebimento e quarentena, ficar um pouco com as mudas e depois disponibilizá-las para plantio porque hoje nós temos dois viveiros apenas, aqui no Ibirapuera, a Manequinho Lopes, e mais aquele do Semucan, e considerando toda a questão da logística entendemos que até para a questão climática, é melhor nós termos esses viveiros mais próximos dos locais onde as mudas serão plantadas, e aí nós reduzimos esse caminho todo dentro da cidade que hoje as mudas vem de uma cidade vizinha, cruzam a cidade toda, são alocadas dentro do viveiro para depois sair dali e retornar para a região mais periférica da cidade a ser plantada. Na ação 79 revisar a cota ambiental, tentando maximizar e permeável e a densidade arbórea no interior do imóvel e a ação 90 explorar alternativas locais visando arborização e identificando em conjunto com a CE quais são as vias públicas que nós podemos implementar esses pontos, que é semelhante ao que está nesse desenho esquemático. No tema cuidar que trata bastante do manejo da arborização, então nós temos a ação 96, avaliar áreas que necessitem de proteção, considerando o mapeamento digital da cobertura vegetal que saiu o ano passado que é a quantificação e identificação mais recente

que nós temos de áreas de vegetação. A ação 106, adequação dos equipamentos elétricos para redução da interferência com a preservação da arborização. Semelhante a aquelas duas fotos que eu mostrei que que nós temos podas muito drásticas pela concessionária de energia elétrica, então nós colocamos essa ação para tentar mapear em conjunto com eles o que dá para ser feito em relação ao equipamento e preservar ao máximo o volume de copa que ela já tem. A ação 109, aumentar o número de pátios de compostagem da prefeitura para receber o material oriundo de poda nós conseguirmos aproveitar esse material. E a ação 127 na revisão da 130 que é o instrumento legal que define todas as diretrizes e critérios para cortes de vegetação autorizado para realização de obras e edificações, estabelecer diretrizes e critérios colocando as áreas mapeadas, tanto no PMMA, quanto no mapeamento da cobertura do ano passado, como diretriz e critério, utilizar esses dois materiais também quando eles forem analisar as solicitações de autorizações de corte. E também que eles possam considerar a densidade arbórea do entorno como critério para análise, porque hoje é considerado só o que está dentro do lote. No integrar nós temos duas principais ações, a primeira é criar o sistema de gestão de arborização, esse desenho esquemático está lá no plano, só para vocês entenderem, tudo que está em rosa são sistemas que nós identificamos que já existem na prefeitura, mas eles estão isolados, e todos eles estão recebendo dados e informações sobre a arborização. Então a proposta é que nós façamos uma conexão de todos esses sistemas já existentes, e além do sistema ter um portal para distribuir, divulgar para a população esses dados. E uma ação importantíssima que praticamente resume todos os outros temas que eu comentei com vocês que é a elaboração dos planos regionais de arborização por subprefeitura, e aí cada um desses planos vai considerar característica do local, o histórico de dados, o mapeamento da cobertura de 2020, dados climáticos e meteorológicos, o relevo e ainda outros estudos que possam no ajudar a pensar a arborização para aquele local. Fazer um levantamento dos logradouros prioritários para receber plantio de árvores, pensar uma diversidade espécies em modo macro, fazer o levantamento de áreas potenciais para plantio, diretrizes para grandes avenidas utilizando mudas com diâmetro a altura do peito cinco centímetros, ou seja, mudas maiores, mudas mais robustas que consigam sobreviver esse ambiente nas grandes avenidas. Formar corredores arborizados com função de conectividade, trabalhar com a erradicação das espécies arbóreas exóticas e invasoras, tudo isso em conjunto com os planos de gestão das praças e dos parques, fazer o levantamento das árvores senescentes e pensar a substituição dessas árvores tentando manter a cobertura arbórea do distrito, não esperar que aquela árvore fique senescente, nós cortamos e fica aquele vazio para depois fazer a implantação de uma substituição, pensar isso, fazer um planejamento com mais antecedência. E também elaborar uma diretriz técnica para os projetos de arborização nos passeios, considerando a realocação de outros equipamentos públicos. Então hoje se nós temos uma copa que está se desenvolvendo e está ali começando a lançar um galho e vai interferir com o semáforo ou com um plano de sinalização, sempre é feito a poda, então nós começamos a pensar se não seria menos custoso, tanto para a questão ambiental, quanto financeiramente, realocar outro equipamento. O conjunto de indicadores colocado lá no plano, essa lista é um exemplo, tem muitos outros. Nós fizemos uma tabela de implementação que tem a ação, se ela está classificada como prioritária, para

qual ano, o prazo de execução dela, quais as secretarias que precisam participar da implementação até dos setores, todas as etapas e ainda se teve alguma contribuição da consulta pública para cada uma dessas ações e as metas também. E uma outra tabela colocando no cronograma quando cada ação vai ser executada até 2025 porque o plano tem a vigência de vinte anos com revisão a cada cinco. O crédito das fotos. Agradeço demais, Laura, e fico à disposição. Tem aqui o contato da divisão de arborização urbana.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Priscila, muito obrigada pela apresentação. Agora nós vamos abrir a palavra aos membros, aqueles que são membros do comitê do clima. Pergunto se alguém tem alguma informação, alguma questão para apresentar nesse momento.

Andréa Franklin Silva Vieira (SIURB) - Posso falar, Laura? Não levantei a mão.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Andrea.

Andréa Franklin Silva Vieira (SIURB) - Bom dia a todos. Parabéns, Priscila, pela apresentação. Está bastante rica e com todos os dados compilados, o que eu acho que é uma ferramenta que ajuda bastante quem trabalha com esse tema, eu enxerguei várias possibilidades de integrar esse plano nos nossos passivos e nas nossas compensações de obras de infraestrutura, de nós estarmos conseguindo mapear quando vamos fazer a implantação de uma obra da SURB, da SP Obras, todos esses cuidados e todas essas especificações das nossas definições, tanto de contratação dessa compensação, quanto de possibilidades de estar trazendo um ganho, não só estar pagando a compensação como um número, mas estar qualificando essa compensação, então estando disponível o plano, nós já começamos a inserir ele como referência nas contratações do ZEAS que eu acho que é fundamental que esses programas de compensação dialoguem com esse plano, não acho que são ações deslocadas, eles estão muito juntos porque normalmente as nossas obras são regionais, o impacto é local, e a reposição do ponto de vista de impacto probiótico e da vegetação tem que ser olhado com todo o cuidado. Nós já viemos aprofundando há alguns anos essa dificuldade que o poder público tem em pagar os seus passivos, e nós temos melhorado muito em relação a isso, os nossos editais agora já estão saindo com essas contratações das árvores e da manutenção dessas árvores, a obra do Anhangabaú foi um exemplo para nós de sucesso, porque nós conseguimos ali colocar o plantio compensatório no tempo adequado, nós conseguimos fazer o TCA andar junto com a obra, está em eminência de receber o certificado de recebimento definitivo, tudo porque nós tivemos esse cuidado durante a obra, eu acho que esse plano só vem a auxiliar essa luta do pessoal de ambiental junto com execução de obra para fazer essas coisas acontecerem e ganharem qualidade, o que eu acho que é o principal. Então parabéns, foi excelente a apresentação.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Obrigada, Andrea, A palavra ainda é dos membros do comitê, se alguém ainda tem uma questão. Se ninguém tem, eu tenho. Não? Então eu vou endereçar a Priscila uma questão. Muito daquilo que nós fazemos na prefeitura de São Paulo tem repercussão em outros municípios, em termos, é geral isso, mas eu estou falando especificamente na arborização

urbana. Ontem eu até nem fiz o informe, poderia ter feito, ontem o governo do estado fez um evento lançando aquilo que eles chamam as trajetórias de descarbonização do estado de São Paulo. Uma das coisas que eles apontam nas trajetórias de descarbonização é o uso do resíduo orgânico para geração de energia. O resíduo da arborização urbana é um resíduo só de orgânico propriamente, e, portanto, muito útil para essa finalidade que é a incineração e com isso a produção de energia. Pergunto, no caso, na ótica do programa de arborização urbana nosso, como essa questão foi tratada, o direcionamento para compostagem, foi considerada hipótese de ser usada para geração de energia, como é que foi tratada a questão do resíduo da arborização urbana.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Nós tivemos essa discussão também no âmbito do grupo, Laura, e tem uma outra ação que está colocada lá para nós pensarmos essas alternativas de reutilização do resíduo. Inicialmente, nós precisamos ter um pátio de recebimento para nós conseguirmos quantificar e depois pensar como é que isso vai ser distribuído. Agora, teve um evento que nós participamos em novembro, que teve uma discussão bem aprofunda sobre essas questões dos resíduos do manejo arbóreo. E foi colocado lá que existe algumas dificuldades de trabalhar esse resíduo, esse reaproveitamento de resíduo, porque a densidade da madeira é diferente, tem alguma coisa relacionado com quando a árvore está doente, por infestação por cupim ou por fungo, então uma série de pontos técnicos que precisam ser melhor estudados, e isso foi apresentado no congresso. Mas nós colocamos uma ação para estudar outras alternativas para reutilização do resíduo sim.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Por acaso, hoje em dia, por exemplo, o resíduo da poda vai para a compostagem, vai para os pátios de compostagem, senão todos, uma boa parte.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Não, uma parte menor vai para a compostagem hoje, e a grande maioria ainda vai para o aterro. Por isso que nós colocamos esse conjunto de ações voltamos para resíduo, teve o pessoal da Amlurb participando para nós pensarmos junto o que dá para melhorar. Para vocês terem uma ideia, nós colocamos até uma ação para tentar registrar mesmo que esse composto depois tem que ser reutilizado prioritariamente dentro da prefeitura, que muitas vezes as equipes que fazem manejo em praça e parque, e mesmo as nossas equipes de plantio, nem sempre utilizam esse composto que está sendo produzido lá. Então nós temos que ter um sistema interno de retroalimentação do negócio.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Um Ligue os Pontos da arborização urbana, recompor uma cadeia produtiva toda relacionada a arborização. Ninguém levantou a mão entre os membros. A Soninha, então vai, Soninha, eu ia falar.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Só complementando antes da Soninha falar, lá no nosso diagnóstico do plano tem dados, eu estou falando em geral, mas nós temos dados que o pessoal da Amlurb recebeu de toneladas que nós recebemos lá nos aterros, tonelada que está indo para compostagem, um estudo ao longo dos anos, como isso foi alterando, porque se você faz uma mudança dentro do termo de referência do contrato de manejo, tem um impacto. Foi o que nós percebemos lá, nós

tivemos uma redução porque algumas equipes passaram a não utilizar o triturador, por exemplo, vamos enxugar o contrato e tira o triturador, pronto, já deu um impacto no resíduo. Pensar os termos de referência, às vezes é um pontinho que tem um reflexo em outra etapa do fluxo.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Muito bom isso. E isso que você está falando soma com o que a Andrea falou inicialmente que é o próprio processo de gestão da prefeitura, ao elaborar editais, já avançar e incorporar a perspectiva climática, arbórea e climática.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Nós tentamos colocar as ações as mais conectadas possíveis, então colocamos a ação de reutilização do resíduo como composto e depois lá na ação que fala do termo de referência do contrato, nós colocamos, utilizar o composto produzido pela prefeitura. Nós tentamos fazer o exercício de lincar tudo.

Sonia Francine (SMRI) -: Laura, o Clodoaldo levantou a mão antes de mim, mas eu vou pedir licença para falar antes dele porque eu vou ter que sair para outra reunião, e a Ri vai continuar aqui com a Julia nos representando. Mas é o seguinte, para lembrar que nós temos uma lei municipal que é o programa Pampa que não foi devidamente regulamentado, então o artigo terceiro do Pampa diz, o objetivo é gerar benefícios econômicos e ambientais, reduzir o desmatamento, contribuir para aumentar a vida dos aterros. Para atingir os objetivos do Pampa, deverão ser implementadas, dentre outras, as seguintes condutas, transformação dos resíduos de poda em combustíveis e lenhas para utilização em fornos de cerâmica olarias, padarias, pizzarias e lareiras, conforme as necessidades, aproveitando das madeiras em confecção de cabos de ferramentas e utensílio em geral. Utilização de folhas e galhos finos para criação de adubos e reaproveitamento em praças e jardim da cidade. Então se nós discordarmos disso, precisa trabalhar pela mudança da lei, se nós concordarmos com isso, precisa regulamentar e fazer de fato para constar, principalmente nos contatos, que isso seja respeitado. É isso.

Sonia Francine (SMRI) - Tinha mais alguma coisa para falar, mas eu esqueci.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Então baseado com isso que está na lei, Soninha, que nós colocamos lá essa ação de tentar repensar, tem muitas possibilidades.

Sonia Francine (SMRI) -: Desculpa se eu me distraí, você tinha falado do Pampa no começo.

Priscila Cerqueira - Eu não citei o Pampa, mas esse programa, essa lei é uma das que estão colocadas lá dentro do diagnóstico, nós levantamos tudo que tinha de legislação, esmiuçamos mesmo na parte diagnóstica.

Sonia Francine (SMRI) - Lembrei. O que foi citado bastante na reunião do plano de metas foi o que eu não conhecia, mas uma escola de carpintaria ou marcenaria que existiria no parque Anhanguera e que não funciona ainda, também onde poderia também haver o aproveitamento desses restos de poda, então só para fazer constar. Obrigada, gente, até a próxima.

Priscila Cerqueira (SVMA) – Sonia Francine, antes de você sair eu queria completar uma coisa que você colocou no começo sobre soluções colocadas na natureza. Isso vale para todos. Saiu recentemente o manual de desenho urbano e obras viárias, e esse material contém toda a explicação, diretrizes técnicas, de como elaborar esses projetos considerando soluções baseadas na natureza, está um material riquíssimo, interessante.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Produzido pela CET.

Priscila Cerqueira (SVMA) – Produzido pela CET. Teve participação de várias secretarias, nós lá do Verde também participamos, então consultem.

Sonia Francine (SMRI) - Bem lembrado, obrigada.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – O Clodoaldo abaixou a mão? A palavra é sempre concedida aos membros inicialmente, e depois quando há tempo, é concedida a outras pessoas eventualmente presentes na reunião. Por essa razão que eu não passei a palavra, mantendo primeiro entre os membros do comitê. E pergunto, caso o Clodoaldo esteja aqui, se ele quer falar. Não?

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Clodoaldo, parece que está sem microfone, mas se por acaso você encontrar um computador com microfone, você avisa novamente. A próxima pessoa é o Flávio Carvalheiro, peço que você se apresente.

Flávio Carvalheiro (COHAB) - Bom dia, pessoal. Eu sou Flavio Carvalheiro, eu sou da Cohab, eu sou representante da companhia nessa reunião. Durante a apresentação foi falado uma coisa bem interessante com relação ao aumento da cota ambiental dos empreendimentos, vamos supor, você vai construir um imóvel, seja ele comercial ou residencial, enfim, você tem que cumprir com aquela cota ambiental que tem uma tabela que aparece naturalmente e que você vai fazendo os cálculos e tudo mais, tem que fazer a cobertura de tantas árvores, plantar tantas árvores, enfim, é uma coisa que eu acho interessante. Foi proposta a questão do aumento da cota ambiental, eu preciso saber uma coisa que afeta diretamente os empreendimentos da Cohab. Nem sempre nós conseguimos fazer empreendimentos mais verticalizados, em algumas regiões eles não costumam ser prédios muito altos, tem que ser prédios com térreo mais quatro andares, no máximo, isso implica em uma maior ocupação do terreno. O que acontece? Nos empreendimentos nós atingimos a cota que já existe agora, ela é bem complicada nesses casos. Com o aumento da cota ambiental, eu queria saber o seguinte, nós vamos poder continuar a fazer aquele tipo de compensação fora da área de implantação do empreendimento, ou tem que ser necessariamente implantado, as árvores deverão ser plantadas ali no próprio empreendimento. Isso é uma coisa que afeta a companhia diretamente porque grande parte dos nossos licenciamentos nós tropeçamos nessa questão da compensação ambiental, muito dos empreendimentos estão irregulares exatamente por conta do fato que nós não conseguimos fazer essa compensação adequada. É uma questão para nós muito importante. Obrigado.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Flavio, a proposta nossa não é aumentar a cota, eu vou ler novamente a ação para deixar um pouco mais claro. Revisar a cota ambiental prevendo adequar os indicadores, inserindo critérios como mapeamento digital da cobertura vegetal 2020 e a possibilidade de novas modalidades visando maximizar impermeável a densidade arbórea no interior do imóvel, lembrando que revisar a cota ambiental implica em fazer uma revisão de legislação. Então não é algo que foi colocado aqui no plano e só porque foi colocado no plano que já vai acontecer, nós vamos precisar montar um grupo de trabalho Inter secretarial, voltar a discutir os critérios da cota, isso também foi colocado em outro plano, plano Planpavel, que ainda está em etapa de elaboração, então não é algo que é para agora, mas é um ponto que nós identificamos que precisa ser revisado, precisar ser rediscutido e considerar esses matérias mais novos que indicam onde já tem vegetação, e pensar na maximização da quantidade de vegetação no interior do lote. Eu entendo o que você colocou, a sua dificuldade em relação aos projetos e ao desenho de edificação considerando a área do imóvel, mas tem o seu caso e tem outros casos que nós poderíamos trabalhar melhor isso.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Obrigada, Priscila.

Flávio Carneiro (COHAB) - Obrigada pela explicação, Priscila.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – O Rodrigo Ravena levantou a mão, imagino que seja sobre esse assunto.

Rodrigo Ravena (Presidente) - É isso mesmo. Só para destacar o que a Priscila já falou, o Primal não faz a alteração da cota ambiental, mas essa discussão está embutida naquilo que o secretário César falou de revisão do plano diretor. Há necessidade de revisão da cota ambiental, não só para a questão de arborização, mas como para a questão de reservatórios e de outras medidas de compensação ambiental na hora da edificação. Então esse conjunto, esse debate sobre a cota ambiental é um pouco maior que o plano de arborização urbana, então é para vocês entenderem, eu acho que isso que é o bacana, que todos esses planos estão interligados, e todos estão ligados ao desenvolvimento da cidade, não dá para fazer nada separado. O que está apontado no Primal, está apontado no plano de ação climática, está apontado no plano Pavel e tem que estar refletido na legislação que é basicamente o PDE depois do código de edificações. E vai orientar, como a Andrea falou, os projetos de intervenção de grande porte na cidade, como os da habitação, era isso, obrigado.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Obrigada, Rodrigo. O Hugo Koga, secretário adjunto de transporte também levantou a mão.

Hugo Koga (Secretário Adjunto de Mobilidade e Transportes) - Olá, tudo bem? Só para avisar que eu preciso sair.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Eu pensei que você ia fazer um comentário.

Hugo Koga (Secretário Adjunto de Mobilidade e Transportes) - Não, desculpa, é só isso. Parabéns Laura, Priscila, pela apresentação. Tchau.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Eu queria fazer um comentário antes, o Clodoaldo conseguiu conexão agora eu estou vendo, de passar a palavra, para uma questão que eu acho importante. A vegetação regula a temperatura, regula a humidade do ar, apoia a recarga de aquífero, então ela exerce particularmente a vegetação de poder lenhoso, as árvores, exercem uma função fundamental nas cidades. E aí, Flávio, essa medida, é difícil chegar nessa medida porque as pessoas precisam de casa e o edifício sozinho não é suficiente, elas têm que ter o mínimo de condição de morar ali e em uma perspectiva de aumento de temperatura até o final desse século de no mínimo dois graus e meio, nós podemos chegar a quatro graus ou a seis graus, até oito graus, há estudos, é público, é só ir lá no Impe e olhar os estudos que eles têm. A situação pode ficar muito grave na cidade em termos de temperatura. E aí cada árvore vai fazer muita diferença, e é difícil, eu não estou dizendo que você está errado nem nada disso, não é isso, mas como o direito à moradia é tão candente, como nós provemos, é ao mesmo tempo garantir que as pessoas consigam morar ali. Você levantou a mão novamente, Flávio, chamo você, e depois vou passar para o Clodoaldo.

Flávio Carneiro (COHAB) - Então, na realidade eu também acho que é super importante, inclusive lá na Cohab e essa questão da urbanização para nós é muito presente, nós temos essa consciência, nós temos essa questão que nós fazemos as coisas conforme nos é pedido, ou seja, tem a cota ambiental cumprido com aquilo que é pedido, mas muitas vezes o desenho da implantação não permite a plantação diretamente no próprio terreno, então a grande questão que eu acho é que se existe, vai continuar existindo aquela possibilidade de você poder fazer, plantar as árvores em outro local, fazer uma compensação fora do local do empreendimento. Isso é a primeira coisa, eu gostaria de fazer uma segunda intervenção, a segunda coisa que eu queria falar é o seguinte, sobre a questão da discussão do plano diretor que está acontecendo. Um dos pontos que reputo que é mais importante dentro dessa discussão do plano diretor, dessa rediscussão, é a questão do adensamento de miolo de bairro, por quê? Porque está se propondo um adensamento de construções em miolos de bairros deixando os grandes eixos de transporte menos adensado, essa é uma das propostas que está em discussão no plano diretor. O que isso implica? Implica o seguinte, grande parte da nossa poluição da cidade de São Paulo é produzida por veículos, se você faz adensamento, propõe adensamento maior em miolo de bairro, longe dos corredores, dos meios de transportes, metrô, corredores de ônibus, você pressupõe que mais pessoas tenham que usar outros meios e transportes para ir, as pessoas, dependendo do bairro onde está sendo implantado esse adensamento, vão preferir um automóvel. Então a discussão do plano diretor, aproveitando que o secretário César está aqui, essa discussão é muito pesada dentro do plano diretor, nós vamos realmente propor esse adensamento de miolo de bairro abandonando aquilo que ao meu ver dentro do plano diretor atual que está lá que é a questão de você dar preferência para os corredores era uma coisa boa ou não. Isso impacta diretamente na questão ambiental da cidade de São Paulo, nós vamos ter mais veículos circulando pela cidade, é uma questão complicada. Enfim, eram essas as minhas considerações.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Está bem, obrigada. Priscila, não sei se você quer fazer

alguma consideração, senão eu vou passar a palavra. Acho que é melhor talvez passar a palavra para o Clodoaldo. Clodoaldo, você se apresenta, por favor, e responde todo mundo.

Clodoaldo - Bom dia, sou Clodoaldo Cajado, engenheiro florestal. Já estive na secretaria do verde nos últimos quinze anos, quero até cumprimentar você, Laura, Priscila e o Ravena que já trabalhei junto. Eu queria falar sobre a ação, deixa eu olhar aqui rapidinho, 52, que é a doação de mudas para a comunidade, e a 67 de viveiros regionais. Eu queria lembrar o histórico do Parque Santos Dias aqui na Zona Sul porque eu acho, se eu não me engano, esse parque foi criado em 92, acho que foi a primeira vez em 94 que a associação que cuidava do parque fez a doação direta para a comunidade aqui no bairro. Nós temos até escolas que foram arborizadas por esse projeto e outros. Então nós temos um histórico muito grande de doação de mudas na comunidade. Inclusive a pergunta que eu tenho a fazer a quem está na secretaria é se vai voltar aquele plano maior de doação de mudas para a comunidade porque eu lembro que ele foi cortado, problema no Ministério Público com as doações, mas ele era importante, tanto que eu e a Audrin, agrônoma do Grajau, nós questionamos porque nós fazíamos doações muito consistentes e tinha participação popular muito grande. Então quero informar que o Parque Santos Dias doava 200, 300 mudas por mês, além de ser um viveiro estacional, como nós hoje recebemos as mudas da zona sul para plantio da arborização, como o pessoal do projeto perdeu espaço na Unifesp, o Viveiro Santos Dias estava entregando essas mudas, e nós também reproduzimos no parque Santos Dias, um parque de mata atlântica, várias espécies, inclusive uma que está em extinção, a Palmeirinha Prateada. Inclusive temos 500 mudas dessas para ser testada ainda em áreas fechadas, ela não serve para arborização urbana. Mas enfim, eu queria saber se vai voltar a doação em todos os parques que eu acho importantíssimo para a comunidade participar, e se esses viveiros regionais, o Parque Santos Dias se enquadra porque é uma área grande, tem condições boas, e até já está servindo de viveiro estacional no momento.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Oi, Clodoaldo. Legal te rever. O seguinte, nós colocamos a ação como ampliação da ação da campanha. E aí nas etapas de implementação dessa ação está colocado lá estudar quais são as possibilidades, quais são os locais potenciais que nós poderíamos colocar como ponto de apoio para a campanha, qual é o porte de muda que nós vamos usar na campanha, explicando aqui, hoje a campanha utiliza as mudas para doação oriundas de TCA que são aquelas mudas maiores e muitas vezes a população não tem a noção disso, quer receber uma muda, e aí ela chega lá e dá de cara com uma muda grande, pesada, que ela não consegue levar sozinha, precisa ter um carro aberto e tal. Então nós estamos estudando, essa ação contempla tudo isso, nós diminuirmos o porte para facilitar para que as pessoas tenham melhor acesso, identificar quais são os locais que poderiam funcionar como ponto de apoio, trabalhar melhor o controle de entrada e de fornecimento dessas mudas, como você bem citou, nós tivemos um questionamento do Ministério Público em relação a doação dessas mudas, então tudo isso vai ser estudado no momento de implementação dessa ação. Se nós vamos usar os parques como ponto de apoio, não sei te responder agora porque nós ainda vamos avaliar quais são esses locais. Tinha uma outra pergunta. Da ação dos viveiros, a ação dos viveiros é a 67, identificar locais potenciais para criação e

implantação de quatro viveiros, preferencialmente em locais próximos as rodovias e fora da área de rodízio. Por quê? Nós temos uma dificuldade grande de circulação na cidade, diferente da campanha, não é a movimentação de uma ou duas mudas pela população, mas são 200, 300 mudas por caminhão, então isso, a identificação desses locais potenciais precisa ter uma estrutura mínima para irrigação, uma estrutura mínima de gente para estar ali recebendo e distribuindo para as equipes de plantio, então também tem as etapas de avaliação de todos esses pontos para nós podermos falar, o viveiro estacional vai ser aquele local. Então isso também vai ser estudado, aliás, isso é ação prioritária para esse ano, então nós já estamos começando a trabalhar nisso.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Obrigada, Priscila. Nós começamos a nos encaminhar para o final. O Ronaldo Malheiros tinha levantado a mão.

Ronaldo Malheiros Figueira (SMSUB) - Estou aqui, Laura. Queria parabenizar o trabalho da Priscila e da equipe na execução do plano. Quero perguntar a ela, no final de 2016, até o Ravena participou, ele estava na defesa nós fizemos um plano de combate a incêndios em áreas florestadas. Inclusive com uma portaria minutado, uma portaria Inter secretarial, que envolvia o Verde, segurança urbana e a SURB, controlado pela CJE. Queria saber primeiro se essa portaria avançou porque depois eu saí da defesa, e se vocês incorporaram o plano essa parte ligada a incêndios em áreas florestadas aqui no município, face a grande vulnerabilidade que nós temos aqui.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Ronaldo, especificamente sobre essa portaria não, mas nós temos uma outra ação que vai tratar desse ponto que é a elaboração de um plano emergencial, um plano colocando passo a passo do que nós temos que fazer quando tem alguma situação de risco relacionada a arborização. Mais ou menos a defesa civil já tem um pouco disso que eles trouxeram para nós até um documento recente que foi elaborado, mas nós precisamos ampliar isso para mais situações, inclusive essa que você está falando. Então não tem uma ação direta falando disso, mas esse assunto está embutido nessa ação que vai montar um plano emergencial.

Ronaldo Malheiros Figueira (SMSUB) - Depois eu vou te procurar até para resgatar esse plano e discutir outras coisas que nós estamos pensando ligada a questão de gestão de risco nessa questão da arborização.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Está bem.

Ronaldo Malheiros Figueira (SMSUB) - Uma experiência que foi feita em Santos até com a parceria do UTP. Eu volto a conversar com você.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Bacana, vamos conversar sim que você nos auxilia bastante com a sua experiência na defesa, nessa questão do plano emergencial.

Ronaldo Malheiros Figueira (SMSUB) - Atualmente eu estou no gabinete da SMSUB, um abraço.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Muito obrigada Priscila. Não há mais inscritos. Eu queria, não sei se nesse processo de finalização. Ravena, você quer falar alguma coisa? Nós temos como último, primeiro, vamos fazer direito. Priscila, muito obrigada pela apresentação, pela presença, pelo aporte de informações nesse colegiado, para que a vegetação tenha relevância não só de ser sequestradora de carbono, mas de principalmente ser talvez junto com a água a principal estrutura da natureza que dá suporte ao desenvolvimento da vida urbana. A cidade vai ficar infernal com o aumento da temperatura, e a presença das árvores vai ser aquilo que vai permitir algum conforto térmico na cidade, então vai ser muito importante, e a vegetação vai também facilitar a não oneração do orçamento da saúde, vai garantir mais saúde para a população. Então muito obrigada pelo aporte das informações que o plano de arborização trouxe.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Eu que agradeço a Laura, obrigada a todos pela atenção.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - O último ponto de nossa pauta de hoje é a sugestão de inclusão em outras pautas. No chat eu anotei o nosso e-mail do comitê, mudanças climáticas, mas como não tem acento nem cedilha, fica mudancasclimaticas@prefeitura.sp.gov.br. As pessoas que não recebem a nossa divulgação, que tem interesse em receber, por favor, mandem os seus e-mails, os seus contatos, às vezes até nós fazemos também a divulgação por WhatsApp, então se a pessoa quiser pode dar o celular, se tiver WhatsApp para mandar essa divulgação, então mandem os contatos ali para esse e-mail divulgado. Pergunto só se alguém tem alguma sugestão de pauta agora, senão, nós vamos já fazer o encerramento. Alguém levantou a mão, deixa eu ver. O Deodoro levantou a mão, fala Deodoro. Rapidinho, nós estamos indo para o final. Anderson. Pessoal, rápido. Miguel. Fala, Deodoro. Rápido. É o Deodoro que eu estou passando a palavra.

Deodoro Vaz (SVMA) - Bom dia, pessoal. Parabéns, Priscila, pela exposição, eu até registrei uma pergunta aqui no chat, mas como a Laura não conseguiu observar a pergunta, eu só queria saber se a questão da compostagem que a Priscila comentou, se já existem em algumas compostagens implantadas no município, que é para pegar o material de feiras livres e mercados. Eu queria saber se essa compostagem que ela mencionou é para usar os pátios existentes, é nessa linha de Amlurb, se tem uma outra ideia de compostagem, se envolve os demais resíduos da cidade orgânicos, tem aquela taxa de mais 50% na parte domiciliar, que vai para o aterro, gasta combustível para levar para o aterro, produz poluição, toda aquela questão que compromete também o ambiente. Eu só queria que ela desse uma pincelada nisso, se tiver horário disponível, do contrário eu faço a pergunta pessoalmente para ela. Obrigado.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Está legal. Priscila, antes de continuar, eu vou pedir a Anderson que se apresente e fale.

Anderson (Coalizão Pelo Clima) - Olá, eu sou o Anderson, eu faço parte da Coalizão sobre o Clima, e eu acho que na discussão o que eu estava pensando é, nós entramos em contato com algumas pessoas, nós entramos em contato com algumas pessoas que fizeram uma frente sobre a questão

do coronavírus pelo plano diretor, porque o plano diretor, não só o plano de arborização, mas todo o plano diretor foi vindo sendo desenvolvido e desde o começo, enquanto São Paulo, enquanto o Brasil inteiro, entrando na maior crise que nós tivemos nos nossos tempos, agora a crise do coronavírus, como isso afetou e afeta, não só o desenvolvimento do plano diretor, mas também a discussão da sociedade em si que estava tentando em um primeiro momento, em um certo momento, só sobreviver, não morrer, e essas pessoas que são mais atingidas pela crise do coronavírus também são as pessoas que são mais atingidas, são as pessoas que são mais atingidas pelas crises climáticas que vem do desenvolvimento urbano, que vem de toda essa questão. Então, se for colocado em pauta alguma coisa, você disse que é um ponto de sugestão de pauta, eu acho que um ponto de sugestão de pauta de como a ação social e a discussão da sociedade em geral foi afetada dentro do desenvolvimento do plano diretor, não só do plano diretor, mas do plano arbóreo, e de todos os planos envolvidos. E de como a mitigação disso pode ocorrer, porque eu acho que é muito importante a participação da sociedade democrática, democraticamente em grande massa dentro de um plano tão importante como o plano diretor, como os planos que nós estamos discutindo, mas eu acho que tem um impedimento muito grande enquanto as pessoas que são mais afetadas, que não estão participando nada das decisões, das discussões, elas também são as que estão morrendo mais e elas não tem muito tempo para fazer essa discussão, então acho que fica um pouco perdido. Então acho que é isso, ponto de sugestão de pauta essa discussão sobre o coronavírus, como ele afeta o plano diretor. Obrigado.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Está bom, obrigada. Miguel Ângelo também é uma pessoa que pediu a palavra e com ele nós encerramos. Miguel Ângelo, peço que você se apresente e fale rapidamente antes de encerrarmos. Acho que ele não conseguiu conexão, aconteceu alguma coisa. Flávio, vamos encerrar.

Miguel Ângelo: Só fazer uma pergunta, se tem lista de presença.

Laura Ceneviva - Nós fazemos, é bom você falar, a lista de presença nós tiramos eletronicamente dos sistemas, por isso que não pedidos, a medida, vamos dizer assim, o sistema vai sendo liberado e organizado dentro da secretaria do Verde que é quem faz a secretaria executiva do comitê, nós fomos conseguindo acesso a funcionalidade, a lista de presença sai eletronicamente. Do mesmo jeito que outras informações que ocorreram durante a reunião. Agradeço a proposta, a sugestão de pauta endereçada.

Miguel Ângelo - Laura, posso só sugerir uma coisa que acho que foi você que sugeriu, inclusive, a questão dos recursos hídricos, eu não sei se já foi discutido que essa é a terceira reunião que eu participo só.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Sim. De quando em quando nós vamos chamando as pessoas para falarem de água em diversos momentos e com diversos olhares, tanto sociedade civil, quanto Sabesp, quanto outros participantes. Pergunto a Priscila se ela tem alguma coisa a

acrescentar em relação a perguntas, rapidamente, você já tinha falado disso, a pergunta do Deodoro e depois nós vamos finalizar.

Priscila Cerqueira (SVMA) - Bom dia Deodoro. Bacana te encontrar aqui também. Em relação a sua pergunta, aqui no âmbito do plano a ação coloca nós trabalharmos o resíduo de manejo arbóreo nos pastos de compostagem da Amlurb, o trabalho foi todo feito em conjunto com eles. Agora sobre os outros resíduos, nós não estamos incorporados aqui na ação, e com certeza teria que conversar com o pessoal de lá para saber disso.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) Nós vamos incorporar a sugestão do Anderson, ela é de fato bastante relevante. Tem outras questões tipo que o Clodoaldo trouxe também e tudo mais. As demais sugestões peço que sejam enviadas por e-mail, nós estamos abertos, o e-mail institucional eu pus aqui no chat, e fiquem todos à vontade para encaminharem as suas sugestões. Nós estamos encaminhando para o encerramento. O Ravena, alguma coisa?

Rodrigo Ravena (Presidente) - Só agradecer, e só dizer que esse tipo de debate é muito rico para ajudar a formar uma massa crítica, um pensamento conjunto das ações. O comitê fica à disposição, estamos juntos.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) Obrigada.

Clodoaldo - Laura.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) Quem está falando?

Clodoaldo - eu não estou tendo acesso ao chat, você pode falar o e-mail rapidamente, se possível.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – O e-mail é mudanças climáticas, mas como não tem nem til nem acento, fica mudancasclimaticas@prefeitura.sp.gov.br. Esse é o e-mail, quem quiser pode divulgar, pode mandar tudo que quiser para nós, que é um modo de conexão entre o comitê do clima e a população. Está aqui mais uma vez o e-mail no chat apesar do Clodoaldo não ter acesso. Agradeço a presença de todos, e o interesse nas questões climáticas, muito obrigada pela presença aqui, pelo interesse, pelas contribuições de hoje e que venha a nos encaminhar para futuros debates. Nós permanecemos à disposição lá no comitê. Obrigada pela presença é até o mês que vem.

Lista de Presença da 80ª Reunião Ordinária do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia, realizada em 27/04/2021:

MEMBROS PRESENTES

Rodrigo Pimentel Pinto / Presidente
Ana Wernke / ICLEI

Andréa Franklin Silva Vieira / SIURB
Armando de Almeida Pinto Junior / SMDET

Davi de Souza Martins / Greenpeace
Leonardo Barbosa de Oliveira / SGM
Leta Vieira / ICLEI
Magali Antônia Batista / SMS
Maria de Fátima Andrade / USP
Manuel Enrique Gamero Guandique / UNESP

Olímpio de Melo Alvares Junior/ ANTP
Sonia Francine Gaspar Marmo / SMRI
Thais Brianezi Ng / SME
Vanessa Lima Nunes Dias / SINDUSCON-SP

SECRETÁRIOS MEMBROS PRESENTES

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos / Secretário Adjunto – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
Cesar Angel Boffa de Azevedo / Secretário – Secretaria de Urbanismo e Licenciamento
Hugo Koga / Secretário Adjunto–Secretário de Mobilidade e Transportes

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Laura Lucia Vieira Ceneviva

OUTROS INTERESSADOS PRESENTES

Alana Farias de Souza / SVMA
Ana Paula Bittar de Carvalho
Ana Pinho / Coalizão pelo Clima
Ana Wernk
Anderson Oliveira / Coalizão pelo Clima
André Tadeu Gasparoto
Andressa Freitas de Lima Rhein
Camila Duelis Viana / SMSU - Defesa Civil
Clodoaldo Cajado
Debóra Cristina Santos Diogo / SVMA
Deodoro Antonio Oliveira Vaz / SVMA
Eduardo Coelho e Melo Aulicino / SVMA
Fábio Pedó / SVMA
Flavia Siqueira de Sá Barreto
Flávio Carvalheiro / COHAB
Giulia Santi de Brito / SMRI
Helena Magozo
Hélia Maria Santa B. Pereira / SVMA
Jane Zilda do S. Ramires / SVMA
Julio Cesar Angelo Martinelli / SMT
Letícia Galdino / CIOESTE
Luzia Helena dos Santos Barros / SVMA
Marcelo Eduardo Seron / SVMA
Maria Helena Sozzi de Godoy / SMSUB
Maria Letícia Basso / SEL
Marta Emerich / CETESB
Miguel Angelo

Minoru Furuya / SEME
Miriam Santos Massoca / SVMA
Natalia Chaves
Nathalia Fernandes Lima / CGM
Nina Orlow / Movimento Nacional ODS São Paulo
Noemia Simoni / SVMA
Oswaldo Rafael Fantini / SMPED
Pamela Escolastico Rodrigues / SEL
Pedro Rama / SPTrans
Priscila Freire Rocha / FIESP
Priscila Martins Cerqueira / SVMA
Rafael A. do Nascimento Purificação / SIURB
Rebeca Martins Iricevolto
Regina Romaska
Renata de Andrade Leal / SF
Ronaldo Figueira Malheiros / SMSUB
Solange Santos Silva Sanchez / SVMA
Sumiko Honda / SVMA
Susete Taborda / SEHAB
Tatiana de Vasconcelos Menezes Paz / SVMA
Tazio Viadana / Consórcio Cidade de São Paulo
Thiago Santos / SVMA
Valdson Fraga de Oliveira / SVMA
Vânia Cristiane Flores Salinas / SEHAB
Zélia de Andrade Celestino / SVMA

